

A ANÁLISE TRINITÁRIA NO ÚLTIMO ANSELMO

Manoel Vasconcellos

A reflexão anselmiana é toda ela marcada pela íntima união entre os campos da fé e da razão. O esforço dialético do autor não cessa de dirigir-se incansavelmente aos domínios teológicos, uma vez que, em sintonia com sua concepção da *fides quaerens intellectum*, não há motivo que impeça aquele que está inserido na fé, de encaminhar-se à busca dos fundamentos dessa mesma crença, tornando-a sólida e acessível, através do esforço racional, àqueles que não a possuem por insipiência ou algum desvio, por tênue que seja, da verdade revelada.

Assim, neste contexto reflexivo ocorre a análise da questão trinitária. Tema de máxima importância nos primeiros escritos, notadamente no *Monologium*, Anselmo retorna ao problema numa de suas últimas obras, o *De Processione Spiritus Sancti*, texto que surge após a intervenção do autor durante o concílio de Bari (1098).

1- As circunstâncias da obra

O concílio de Bari, realizado em outubro de 1098, sob a presidência do Papa Urbano II (1089-1099), reunindo 185 prelados, muitos deles gregos, tratou de questões relativas às Cruzadas, bem como a controvérsia entre o rei inglês Guilherme II e o arcebispo de Cantuária¹. O tema principal, contudo, foi a antiga querela entre gregos e latinos em torno ao problema da processão do Espírito Santo.²

De fato, a igreja latina, ao menos desde os tempos de Agostinho, admitia que o Espírito Santo procedesse do Pai e do Filho, o que nunca foi aceito plenamente pela tradição grega. A divergência doutrinária, a respeito da terceira pessoa da Santíssima Trindade, foi uma das causas da quebra da unidade da igreja cristã, nas dissidências de 867 e de 1054. Para os gregos, a questão era relevante, pois entendiam que a interpretação latina comprometeria a unidade de princípio ocupada pelo Pai no seio trinitário.

O concílio de Bari foi uma tentativa de união entre ocidentais e orientais. Quando foi posto o problema da processão, o Papa, tendo como base a *Epistola de De*

¹ Anselmo, de fato, assumiu em 1093 o arcebispado de Cantuária e, desde então, enfrentou duras disputas, que lhe valeram dois períodos de exílio: o primeiro (1097 – 1100), durante o reinado de Guilherme II; o outro, (1103 – 1106), durante o reinado de Enrique I. O Concílio de Bari, realiza-se, pois, numa ocasião em que o arcebispo de Cantuária está exilado, em franco litígio com o rei inglês Guilherme II, que não reconhecia a autoridade do Papa Urbano II. Anselmo enfrenta o rei em defesa dos interesses de sua sede episcopal e da autoridade do Papa.

² Cf. Elisabeth Reinhardt. El Concilio de Bari (1098) y la Interpretación de San Anselmo sobre la Procesión del Espíritu Santo. Separata de El Espíritu Santo y la Iglesia. XIX. Simposio Internacional de Teología de la Universidad de Navarra (Pamplona 22- 24 de abril de 1998), pp. 99 – 110.

*Incarnatione Verbi*³ de Anselmo, tentou resolver o problema. Como não lograsse êxito, dirigiu-se ao arcebispo de Cantuária, a quem designou *Pater et Magister*, instando-o a expor suas teses. A obra *De Processione Spiritus Sancti*, redigida, certamente, entre 1099 e 1102 é a retomada da exposição do autor, o qual, atendendo à solicitação de alguns amigos, colocou por escrito as concepções que expressara na reunião Conciliar.

2 – O De Processione Spiritus Sancti

Ao compor esta obra da maturidade, Anselmo vale-se não apenas das Sagradas Escrituras, mas também dos escritos de Agostinho, notadamente o *De Trinitate*. Tem presente, igualmente, o *Contra Graecorum Opposita* de Ratramno de Corbie⁴, além de outros autores, como Fulgêncio de Ruspe, Isidoro de Sevilha e Cassiodoro. É claro que idéias de outras obras suas, notadamente o *Monologium*⁵ e a *Epistola De Incarnationi Verbi*, estão bem presentes no texto do *De Processione*.

Este tratado está estruturado em três partes: num primeiro momento, o autor expõe os itens admitidos igualmente por gregos e latinos; a seguir, faz a demonstração de sua tese, utilizando argumentos puramente racionais (no início) e argumentos elaborados, a partir das Sagradas Escrituras (posteriormente); finalmente, busca responder às objeções interpostas pela argumentação dos gregos.

Anselmo inicia sua reflexão, destacando os pontos em que gregos e latinos *não* estão em desacordo em torno do Espírito Santo. Tais pontos⁶ são: 1) a crença de que o Espírito Santo procede do Pai; 2) que é o mesmo Deus com o Pai e o Filho; 3) que o Espírito Santo é Deus; 4) que é o Espírito do Filho e 5) que é distinto do Pai e do Filho, sendo emanado do Pai por processão e não por geração. Partindo destes pontos em comum, mostra que os gregos admitem um Deus único e perfeito, sem partes, sendo um todo indivisível, confessando que Ele é Pai, Filho e Espírito Santo, ainda que neguem que proceda do Filho, embora admitindo que seja o Espírito do Filho. Nosso autor esclarece:

“Nam cum Deus dicitur esse Pater, significatur esse de quo aliquis nascitur; et cum nominatur Filius, intelligitur esse qui de aliquo nascitur; et quando Spiritus Sanctus nuncupatur, quia non absolute primum, sed Spiritum Dei intelligimus, monstratur esse qui de aliquo procedit. Sed cum dicitur quia Filius est de Patre, et Spiritus Sanctus est de Patre, intelligitur quia hoc quod est Filius aut Spiritus

³ A Epístola De Incarnatione Verbi (de 1094) é uma carta dirigida por Anselmo ao Papa Urbano II, onde o autor condena a doutrina de Roscelino de Compiègne (1050 – c.1120) que, aplicando seu nominalismo à Trindade, elabora uma concepção triteísta, pois, da mesma forma que não admite uma humanidade, mas sim os indivíduos, do mesmo modo, não admite uma trindade que não fosse composta por três pessoas distintas.

⁴ Tal obra, “aunque no la cita Anselmo, es evidente que se apoya en ella, ya que se observa un marcado paralelismo en cuanto a las citas bíblicas, el Magisterio conciliar y el argumento sobre la competencia de autoridad eclesiástica para dictar leyes litúrgicas” (Elisabeth Reinhardt, op.cit. p. 107)

⁵ O *Monologium*, primeira grande obra do autor, foi escrito em 1076 a pedido dos monges da abadia beneditina de Bec que solicitam a seu Prior que coloque por escrito os temas de suas discussões em torno da essência divina e outras questões conexas. O tema da Trindade aparece nesta obra, particularmente nos capítulos 37 a 63.

⁶ Cf. a Introcución General feita por Julian Alameda a partir dos comentários de Olivares, na edição das obras completas de S. Anselmo da BAC, pp. 114ss.

*Sanctus habent de Patre. Sed alio modo intelligitur Filius esse de Patre, et aliter Spiritus Sanctus . Filius enim est de Patre suo, id est de Deo qui est Pater eius; Spiritus Sanctus vero non este de Deo Patre suo, sed tantum de Deo qui est Pater. Ergo Filius, secundum quod est de Deo, dicitur Filius eius; et ille de quo est, Pater eius. Spiritus autem Sanctus nom secundum quod est de Deo, est filius eius; nec is de quo est, pater eius.*⁷

Começando pelo que é admitido por gregos e latinos, Anselmo procura, num segundo momento de sua reflexão, mostrar o que entende ser a visão correta, aquela que não é admitida pela postura equivocada dos gregos. Para tal, vale-se da razão e das Sagradas Escrituras. Não vamos nos ater aos pormenores da argumentação (inerentes a uma questão eminentemente teológica), mas no modo racional como é levada a cabo pelo autor. Para defender sua tese, Anselmo mostra que a pluralidade das relações não elimina a unidade da divindade. Há, pois, um mesmo Deus que é Pai, é Filho e é Espírito Santo. Os atributos da divindade, tais como a eternidade, justiça, sabedoria etc devem ser, **igualmente**, atribuídos a cada pessoa.

A categoria chave para a compreensão do que Anselmo quer transmitir, é a idéia de **relação**, já presente no *Monologium* e que volta aqui. De fato, o Filho é gerado do Pai e o Espírito Santo procede do Pai e do Filho. Mostra o autor que o nascimento e a processão fazem surgir relações no interior da trindade:

*“Quod totum potest dici relatio. Nam quoniam Filius existit de Deo nascendo et Spiritus Sanctus procedendo, ipsa diversitate nativitatis et processionis referentur ad invicem, ut diversi et alii ab invicem.”*⁸

A Trindade possui uma única essência, uma única natureza divina, mas há distinção de pessoas na **relação intratrinitária**, ou seja, na Santíssima Trindade, tudo é uno, pois a diferença está na relação entre as pessoas, mas a diversidade de relações não compromete a unidade divina. Como mostra Anselmo, nas relações intratrinitárias não há causa e efeito, o que é próprio das criaturas, ao passo que na Trindade *“no existe más que la naturaleza divina, engendrando o enengendrada, o procediendo, igual a sí misma en las tres personas”*.⁹

⁷ “Pois, quando se diz que o Pai é Deus, se entende que é aquele de quem alguém nasce; e quando se nomeia ao Filho, se entende que é aquele que nasce de outro; e quando se nomeia ao Espírito Santo, se indica que procede de alguém, pois não significa que seja um espírito absoluto, mas o Espírito de Deus. Mas, quando se diz que o Filho é do Pai e o Espírito também do Pai, se entende que enquanto são Filho e Espírito Santo venham do Pai, ainda que de modo diverso, pois o Filho é de seu Pai, isto é, de Deus, que é seu Pai; o Espírito Santo, de outro modo, não é de Deus Pai seu, mas somente de Deus que é Pai. Portanto, o Filho, segundo que é de Deus, se diz Filho seu, e aquele de quem é, seu Pai; mas o Espírito Santo é Filho seu não segundo que é de Deus, nem seu Pai aquele de quem é”.(De Processione Spitus Sancti, c. I) . Faremos as referências conforme o texto da primitiva edição crítica de Schimit, a partir da qual é feita a tradução espanhola da BAC.

⁸ “Tudo isso pode resumir-se na palavra relação, porque bem seja que o Filho venha de Deus por nascimento, ou o Espírito Santo por processão, este nascimento e processão criam relações entre eles e faz com que sejam distintos entre si”. Anselmo. DE PROCESSIONE SPIRITUS SANCTI, I

⁹ Elisabeth Reinhardt, op.cit, p.106.

Diz o autor que o Pai é a fonte da Trindade. Dele procedem o Filho e o Espírito Santo. Mas, como ficou demonstrado que há distinção na relação entre eles, então, ou o Espírito Santo procede do Filho, como procede do Pai, ou, então, o Filho é engendrado pelo Espírito Santo, como é engendrado pelo Pai. Evidentemente, as duas proposições não podem ser simultaneamente verdadeiras. A conclusão de Anselmo será a de que o Espírito Santo é o Espírito do Filho, como é admitido pelos gregos e atestado pelas Escrituras. Ora, estas não dizem em lugar algum que o Filho seja Filho do Espírito Santo. A consequência, consoante o arcebispo de Cantuária, não pode ser outra: deve ser admitido, *“em virtude da unidade de natureza que existe entre o Pai e o Filho”* que o Espírito Santo procede juntamente do Pai e do Filho¹⁰. Tendo demonstrado sua tese, pelo encadeamento lógico dos argumentos, busca, num segundo momento, mostrar a conformidade dos mesmos com os escritos neo-testamentários, notadamente, o quarto evangelho¹¹.

Na segunda parte da obra, o autor procura refutar as objeções dos gregos. Vejamos: os gregos alegavam que o Espírito Santo e o Filho poderiam emanar separadamente do Pai, da mesma forma que a luz e o calor emanam do sol. Anselmo responde que a comparação é indevida, pois a luz e o calor não são o sol, ao passo que o Filho e o Espírito Santo são um mesmo Deus com o Pai.¹²

Os gregos admitiam que o Espírito Santo emanasse do Pai pelo Filho. Anselmo entende que, ao concederem este ponto, devem necessariamente concordar com a tese dos latinos, pois, se o Espírito emana do Pai pelo Filho, então, emana em consequência do Filho. Utilizando uma analogia dos próprios adversários, Anselmo mostra seus equívocos: imaginemos uma fonte, um rio e um lago. Ora, o lago emana da fonte, mas também do rio. O lago não é formado nem pela fonte, nem pelo rio, mas pela única água que sai da fonte e passa pelo rio. De igual modo, o Espírito Santo não é constituído por aquilo que é distinto Dele (o Pai e o Filho), mas pela essência divina, na qual Ele é um só com o Pai e o Filho. Desse modo, não há entre as pessoas divinas superioridade ou anterioridade, pois a divindade está inteiramente em cada uma delas¹³.

Uma outra objeção dizia respeito ao fato de as Sagradas Escrituras referirem uma processão do Espírito Santo apenas do Pai. A resposta do arcebispo de Cantuária é a de que a idéia da processão do Pai e do Filho está subentendida no texto sagrado, podendo ser claramente deduzida, pois não se deve admitir como certo, apenas o que se lê nas Escrituras, mas também aquilo que a razão nos mostra ser inerente ao texto, desde que não exista outra razão oponente¹⁴. Por fim, são apresentadas e respondidas pelo autor algumas objeções que dizem respeito a questões de ordem prática, tais como o fato de a igreja latina ter acrescentado o *Filioque* sem motivo, desrespeitando a autoridade conciliar e a igreja grega¹⁵. Deixamos de apresentar esta parte do texto, uma vez que foge de qualquer temática

¹⁰ Cf. Anselmo De Processione Spiritus Sancti 1.

¹¹ Cf os capítulos 2 –7 . Por fugir do que nos propomos no momento, não apresentaremos os argumentos extraídos das Sagradas Escrituras. Além do próprio texto do autor, os comentários aqui referidos de Elisabeth Reinhardt e Alameda são bastante elucidativos para a compreensão da proposta anselmiana.

¹² Cf. De Processione, VIII

¹³ Cf. De Processione, IX.

¹⁴ Cf. De Processione, XI.

¹⁵ Cf. De Processione, XIII.

filosófica. Anselmo encerra a obra¹⁶ com uma recapitulação geral dos temas apresentados, reafirmando que o Espírito Santo procede de igual modo do Pai e do Filho:

*“Habemus autem ex vera fide Deum esse de Deo nascendo et Deum de Deo procedendo . Sed quoniam non est aliquid extra Deum, cum nascitur Deus de Deo, vel cum procedit Deus de eo, non exit nascens vel procedens extra Deum, sed manet in Deo. Quoniam ergo Deus in Deo non est nisi unus Deus, cum nascitur Deus de Deo, unus solus est Deus gignens et genitus; et cum procedit Deus de Deo, unus tantummodo Deus est procedens et de quo procedit. Unde inevitabiliter sequitur, quoniam Deus nullas habet partes, sed totus est quidquid est: unum eundemque et non alium et alium Deum totum esse Patrem, totum esse Filium, totum esse Spiritum Sanctum”.*¹⁷

CONCLUSÃO

O tema eminentemente teológico das relações trinitárias é tratado pelo autor, a partir do método do encadeamento das razões necessárias, mas, se confrontarmos o último Anselmo com o primeiro, vamos verificar que nos primeiros escritos, notadamente no *Monologium*, ocorre uma diferença de abordagem em relação à Trindade, que não é demasiadamente sutil. É verdade que as idéias são as mesmas; podemos até mesmo dizer que, no *De Processione*, o autor retoma a doutrina trinitária já presente no *Monologium*, mas acrescenta os argumentos extraídos das Escrituras, que não estavam ali presentes, onde o procedimento era o de pautar-se unicamente pela razão.

De fato, o Prior da abadia beneditina de Bec, envolvido pelo clima de estudos, que cercava a função do formador, confiava a tal ponto na capacidade racional, que não temeu aplicar ao *Monologium*, como um todo o método **sola ratiōe**, mesmo quando se tratava de analisar a unidade e pluralidade do divino. Já o velho arcebispo de Cantuária, vivendo a amargura do exílio imposto pelo conflito com Guilherme II, não despreza os argumentos da Escritura.

¹⁶ Cf. *De Processione*, XIV – XVI.

¹⁷ “A partir da verdadeira fé sabemos que Deus é de Deus por nascimento, e Deus de Deus por processão. Mas como fora de Deus não há nada, quando Deus nasce de Deus ou quando Deus procede de Deus, não nasce nem procede fora de Deus, mas permanece dentro de Deus. E como queira que Deus em Deus não é mais que um Deus, quando Deus nasce de Deus, um só Deus é o que engendra e o que é engendrado e quando Deus procede de Deus, um só Deus é o que procede e aquele de quem procede. Daqui, se segue, infalivelmente, desde o momento que Deus não tem partes, mas que é todo o que é, um só e mesmo Deus e não outro Deus, é todo Pai, todo Filho, todo Espírito Santo”. *De Processione Spiritus Sancti* XV1.

Tanto no *Monologium*, quanto no *De Processione*, a fé está presente, emoldurando o pensamento do autor. No primeiro, contudo, ela não é chamada a tomar parte ativa no procedimento dialético; no segundo, ela está explicitamente presente, através dos argumentos de conteúdo escriturístico, utilizados em meio a uma profícua argumentação racional.

Para bem compreender o pensamento de Anselmo, é mister não esquecer que, em sua obra, o filósofo e o teólogo são inseparáveis, ainda que distintos. Por isso, a fé busca a razão: *fides quaerens intellectum*. A busca racional radica-se não na dúvida, mas no desejo de compreender sempre mais a verdade, que é objeto inabalável de sua crença e de seu amor. Por isso, Julian Alameda dirá que, em Anselmo, o filósofo, o teólogo e o místico caminham juntos, pois é só depois de firmado na fé, que se pode empreender o esforço *sola ratione*. Nosso autor, ao mesmo tempo em que crê na verdade revelada, confia no esforço racional, julgando-o capaz de compreender de forma segura, ainda que limitada, o que está garantido pela revelação; entende que o encadeamento das *razões necessárias* pode levar, se não a uma plena compreensão, ao menos a um seguro esclarecimento daquilo que é objeto de fé. A maior dificuldade encontrada pelo autor, para aplicar seu método, parece-nos estar precisamente na análise trinitária. No capítulo LIV do *Monologium*, já havia dito que, diante de tal mistério, o encadeamento lógico da razão não lograva a explicação do mistério, mas certificava sua existência. Anselmo é um otimista quanto à capacidade da razão para compreender a divindade. Seu otimismo, contudo, não o impede de perceber os limites desse empreendimento racional, ao defrontar-se com o *mistério inefável*. Não devemos, contudo, esquecer que, para Anselmo (e isto é patente no *Proslogium*), a existência necessária de algo, admitida pelo encadeamento lógico da razão, implica em sua existência real. É a partir desta convicção que o autor chega não apenas à existência de Deus, mas à compreensão (naquilo que é possível) do mistério do Deus uno e trino.

Ao compararmos, contudo, o *Monologium* com o *De Processione*, parece-nos poder encontrar, na última obra, um Anselmo ainda confiante na razão, mas bem mais precavido ou, melhor dito, bem mais consciente de seus limites, para defrontar-se com o inefável, mas ainda convicto de que o mistério revelado não impõe o silêncio da razão, antes, impulsiona seu esforço. Nas duas obras, aliás, em todas as obras de Anselmo, mesmo naquelas de caráter mais teológico (embora seja impossível separar o teólogo e o filósofo em sua reflexão), o que se vê, é sempre o uso da razão na busca de mostrar a coerência e sustentabilidade da verdade revelada.

Trata-se, de fato, de uma razão limitada, moldada pela revelação. O que deve ser ressaltado, contudo, é que, em Anselmo, este *limite* da razão não implica jamais em seu enfraquecimento, ao contrário, é precisamente a moldura da revelação que garante a coerência, a plausibilidade e, por isso mesmo, o vigor que caracteriza o empreendimento sempre forçoso, mas seguro da razão.

BIBLIOGRAFIA

ANSELMO. *Opera Omnia, ad fidem codicum recensuit Franciscus Salesius Schmitt. Edimburgi: Thoman Nelson et Filios, 1946-51.*

_____. *Obras Completas Edición bilingue por P.Fr. Julián Alameda.*
2 vols. Madrid: BAC, 1952 e 1953.

_____. *Monólogo, Proslógio, A Verdade, O Gramático.* In: Coleção “Os Pensadores”. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

_____. *Monologion. Texto latino a fronte – a cura di Italo Sciuto.*
Milano: Rusconi Libri, 1985.

GILBERT, Paul. *Dire L’Ineffable – lecture du Monologion de S. Anselme.* Paris: Éditions Lethielleux, 1984.

MAZZARELLA, P. *Ragione, Fede ed Illuminazione in Anselmo D'Aosta*. In: *Sophia*, 32, 1-2 (1964): 101 –10.

REINHARDT, Elisabeth *El Concilio de Bari (1098) y la Interpretación de San Anselmo sobre la Procesión del Espíritu Santo. Separata de El Espíritu Santo y la Iglesia. XIX*. Simposio Internacional de Teología de la Universidad de Navarra (Pamplona 22- 24 de abril de 1998), pp. 99 – 110.

ROVIGHI, Sofia Vanni *S.Anselmo e la Filosofia del sec. XI.*. Milano: Fratelli Bocca, 1949.

SARANYANA, Josep-Ignasi. *Historia de la Filosofia Medieval*. 3ed.Pamplona:Eunsa,1999.

VIGNAUX, Paul. *Structure et Sens du Monologion* In *Rev. Sciences Philosoph. Et Theolog.*, 31 (1947), 192-212.

_____. *Nécessité des Raisons dans le Monologion*. In *Revue des Sciences Philosophiques et Théologiques*, Paris(64), 1980, P.3-25.